

# O ENSINO DE ENFERMAGEM NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA NO PERÍODO 1979-2009

Maria Cristina Pinto de Jesus<sup>1</sup>

Sueli Maria dos Reis Santos<sup>2</sup>

Mariângela Aparecida Gonçalves Figueiredo<sup>3</sup>

Fernanda de Oliveira Pereira<sup>4</sup>

Grazielli Fabiana Gava<sup>5</sup>

## RESUMO

Objetivou-se descrever o ensino e a estrutura curricular do Curso de Enfermagem, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no período 1979-2009. Trata-se de pesquisa histórica, com abordagem qualitativa, que utilizou como fontes primárias documentos escritos da Faculdade de Enfermagem Hermantina Beraldo (FEHB) e da UFJF, depoimentos de docentes, enfermeiros e ex-coordenadores do curso. Na primeira década, foram mantidas a estrutura do curso e as características do ensino vigentes na FEHB. O processo de criação exigiu adaptações pedagógicas e administrativas em consonância com o Regimento Geral da UFJF e provocou resistências no que diz respeito à cultura institucional e à (des) construção de modelos e valores relacionados à formação de enfermeiros e ao mundo do trabalho. Na década de 1990, a comunidade acadêmica buscava atender à legislação vigente, tendo como princípios as diretrizes do sistema de saúde e o fortalecimento da atuação do enfermeiro como elemento da equipe de saúde. Destaca-se a rigidez do currículo mínimo, entendido como um elenco de disciplinas entrelaçadas com pré-requisitos e uma extensa carga horária. De 2000 a 2009, as poucas mudanças foram marcadas por conflitos internos e foram pontuais, persistindo a conservação da estrutura curricular proposta pela Portaria n.1.721/94. Apesar dos limites de abrangência acerca da reflexão sobre os fatores que envolveram a organização e a operacionalização do curso de 1979 a 2009, este estudo traz aspectos da formação de enfermeiros na UFJF que contribuem para o ensino e a pesquisa em Enfermagem.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Ensino Superior. Currículo. História da Enfermagem. Políticas Públicas.

- 
- 1 Professora Orientadora - Departamento de Enfermagem Básica, Faculdade de Enfermagem/UFJF, e-mail: [mariacristina.jesus@ufff.edu.br](mailto:mariacristina.jesus@ufff.edu.br) Rua José Lourenço Kelmer, s/n - Campus Universitário - Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG
  - 2 Pesquisadora - Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública, Faculdade de Enfermagem/UFJF
  - 3 Pesquisadora - Serviço de Enfermagem/HU-UFJF
  - 4 Bolsista BIC/UFJF
  - 5 Bolsista PIBIC/CNPq

## INTRODUÇÃO

A criação do Curso de Graduação em Enfermagem, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) ocorreu em 1979, a partir da incorporação do corpo social, materiais e equipamentos e acervo bibliográfico da Faculdade de Enfermagem Hermantina Beraldo (FEHB). A FEHB visava à formação de recursos humanos na área de enfermagem e se manteve estável no campo da educação em Juiz de Fora, por 30 anos, até o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura implantar uma política de ampliação do número de cursos na área de saúde, bem como de vagas na área de enfermagem, viabilizando o alcance da meta da UFJF de criar o curso de enfermagem (FIGUEIREDO e BAPTISTA, 2009).

Considerando o funcionamento do curso de enfermagem, na primeira década, fez-se a seguinte questão: como se deu a implantação do currículo, na primeira década, do curso de enfermagem na UFJF? Que mudanças ocorreram no currículo e na prática pedagógica no âmbito do ensino superior da instituição federal?

As profundas modificações no cenário político-social brasileiro, na década de 1990 e o movimento de reestruturação curricular realizado pela comunidade acadêmica da Enfermagem na UFJF suscitaram outros questionamentos: como era a organização do curso de enfermagem na década de 1990? Atendia às mudanças emergentes da área da saúde e da educação? Como os enfermeiros, estudantes à época, descrevem o seu processo de formação?

A partir de 2000, com a expansão da Estratégia de Saúde da Família, ficou mais evidente a necessidade de reorientação na formação dos profissionais de saúde, no sentido de desenvolver o trabalho interdisciplinar e em equipe para atender às diretrizes emanadas na estratégia, objetivando a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante disso, foram levantados os seguintes questionamentos: como foi a reorganização curricular no período 2000-2009? Quais as contribuições das políticas interministeriais para a formação do enfermeiro na UFJF?

Cabe ressaltar que este estudo teve como objetivo descrever o ensino e a estrutura curricular do curso de enfermagem na UFJF, no período 1979-2009.

## METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa histórica, com abordagem qualitativa, que utilizou o recorte temporal: 1979 a 2009. O marco inicial corresponde ao primeiro ano de funcionamento do curso de enfermagem da UFJF e o marco final, à comemoração dos seus 30 anos.

A coleta de dados foi realizada no período de 2009 a 2010 e utilizou como fontes primárias documentos escritos pertencentes aos arquivos da UFJF e referentes ao curso de enfermagem da FEHB, depoimentos de docentes que atuaram no período 1979-1989, enfermeiros (estudantes de enfermagem de 1990-1999) e de ex-coordenadores do curso, no período 2000-2009.

A obtenção de depoimentos ocorreu por meio de entrevistas, que foram realizadas na perspectiva da história oral temática, método que busca ampliar as informações sobre acontecimentos e conjunturas do passado, por meio do estudo aprofundado de experiências e versões particulares, buscando compreender a sociedade por intermédio da pessoa que nela viveu (ALBERTI, 2004).

Foram entrevistados cinco professores de enfermagem que vivenciaram a criação do curso na condição de docentes, no período de 1979 a 1989. Também quatro enfermeiros que atuavam no Hospital Universitário (HU) e que foram estudantes de graduação na UFJF, no período de 1990 a

1999. Por fim, foram entrevistados quatro docentes que ocuparam o cargo de coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem, no período 2000-2009.

Para a entrevista, utilizou-se um roteiro com as seguintes questões orientadoras: como era o ensino de enfermagem na primeira década de criação do curso na UFJF? Como era o curso de enfermagem na época da sua formação (segunda década do curso na UFJF)? Como se deu a discussão, organização e implementação do currículo do curso de enfermagem na universidade, a partir dos anos 2000?

As entrevistas foram agendadas e realizadas em local e hora de escolha dos participantes. Após todos os esclarecimentos necessários e aquiescência, solicitou-se aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para garantir o anonimato, os participantes foram identificados pela letra E (entrevista), seguida de um número arábico, conforme a sequência em que as mesmas se deram.

Para a análise dos documentos, foi realizada a leitura, o fichamento e a organização dos dados por similaridade, pertinência temática, cronologia e origem.

Para a organização e análise dos dados, empregou-se o sistema de análise temática (MINAYO, 2000), que inclui leitura flutuante, constituição de *corpus* e formulação de objetivos. Foram feitos recortes textuais dos documentos e dos depoimentos e transformados em unidades de registro. Esses recortes foram palavras, frases, assuntos e personagens. Por último, realizou-se a classificação e agregação dos dados, com a organização por similaridade e pertinência dos achados, o que possibilitou a interpretação com base na literatura referente à temática. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP-HU CAS/UFJF sob o Parecer de nº 43/09.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os depoimentos mostram que toda a estrutura do curso de enfermagem que existia na FEHB foi mantida, inclusive o currículo e as características do ensino vigentes naquela instituição: “[...] as professoras foram colocadas na UFJF, assim como os alunos e os funcionários. Também o material veio de lá, os livros [...] o ensino continuava sendo o mesmo que era dado na Hermantina” (E2).

O curso de enfermagem criado na UFJF teve como proposta o currículo mínimo adotado na FEHB. Seu processo de criação exigiu adaptações pedagógicas e administrativas em consonância com o Regimento Geral da instituição federal.

O currículo mínimo de enfermagem, à época, foi aprovado pelo Parecer nº 163/72 e Resolução 04/72 do Conselho Federal de Educação, pautando-se no modelo biologicista, individualista e hospitalocêntrico e apoiava-se em uma visão tecnicista da saúde e ainda não valorizava os determinantes sociais do processo saúde/doença (TEIXEIRA et al., 2006).

A primeira adaptação se deu pela Resolução nº 43/78 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFJF, que atribuiu ao currículo do Curso de Enfermagem 3.975 horas – 174 créditos distribuídos em oito períodos letivos e separados em pré-profissional, profissional e estágios supervisionados. Posteriormente, a Resolução 13/82 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFJF, aprovada na reunião do dia 19 de abril de 1982, instituiu a grade curricular do curso com a primeira reestruturação. Esse currículo permaneceu inalterado até 1986 (UFJF, 1982).

Com a participação de todo o corpo docente, o currículo do Curso de Enfermagem da UFJF, a partir de 1979, foi organizado em disciplinas pelo sistema de créditos e em ciclos básicos, envolvendo as Ciências Humanas e Biológicas e o ciclo profissionalizante classificando-as como obrigatórias e eletivas. Em conformidade com o currículo original da FEHB, a formação em enfermagem na UFJF dar-se-ia também em quatro anos (CASTRO, 1999).

Entre as adaptações do currículo à UFJF, salienta-se a diminuição e redistribuição da carga horária em relação ao ensino teórico-prático e o estágio supervisionado, conforme as normas do sistema de créditos vigente na universidade (CASTRO, 1999): “[...] para fazer a adequação do currículo da FEHB à UFJF, houve redução da carga horária porque o curso era imenso e não cabia na UFJF. [...] foi um período de adequação ao sistema da Universidade [...]” (E2).

A comunidade acadêmica do curso de enfermagem envolveu os enfermeiros dos serviços de saúde para construir coletivamente o projeto pedagógico: “[...] todos participavam, professores, alunos, enfermeiros do hospital escola [...] Tudo para tentar pensar uma nova proposta de formação do enfermeiro” (E2).

Na primeira década de criação do curso, a reestruturação curricular provocou resistências no que diz respeito ao padrão de atitudes, hierarquia e (des) construção de modelos e valores relacionados à formação de enfermeiros e ao mundo do trabalho. O primeiro conflito liga-se à efetivação da matrícula dos estudantes. O depoimento a seguir mostra a dificuldade que os docentes tinham de aceitar o direito do estudante de planejar sua vida acadêmica, valendo-se do sistema de créditos (UFJF, 1997): “[...] embora na universidade funcionasse o sistema de créditos, para nós, as coisas funcionavam como curso seriado (E4).

O enfoque principal da formação em enfermagem era a preparação para a gerência do serviço de enfermagem: “[...] no último período, o aluno era colocado para fazer o estágio [...] essencialmente gerencial [...]” (E2). Os demais estágios eram realizados concomitantemente ao desenvolvimento do ensino teórico e prático.

A partir do regimento acadêmico da graduação, a avaliação tornou-se parte do processo de aprendizagem, abrindo possibilidades para o estudante se recuperar e estruturar seu plano de estudos de acordo com suas necessidades e desempenho obtido nas disciplinas cursadas anteriormente (UFJF, 1997): “[...] na federal, eu sentia meio solto, entendeu? [...] a gente podia fazer outras disciplinas [...] mudou o jeito de avaliar [...] a estrutura da federal não é assim de cobrar” (E1).

Mesmo com todas as resistências, a comunidade acadêmica empreendeu esforços para acompanhar as mudanças referentes à instituição, à formação do enfermeiro e à necessidade de participação do movimento de redemocratização do Brasil.

Na década de 1990, a comunidade acadêmica buscava atender à legislação vigente, tendo como base filosófica os princípios e diretrizes do sistema de saúde e o fortalecimento da atuação do enfermeiro como elemento da equipe de saúde (UFJF, 1998).

A discussão curricular centrava-se na definição do perfil e competências necessários à formação voltada para a promoção da saúde, atendendo às necessidades da população e preparando o enfermeiro para a gestão da assistência de enfermagem e dos serviços de saúde (UFJF, 1998).

No ano de 1993, o currículo do Curso de Enfermagem foi aprovado pela Resolução n. 22 do Conselho de Ensino e Pesquisa, de 26 de agosto de 1993. O novo currículo perfazia o total de 3.825 horas distribuídas em ensino teórico/prático e 765 horas de estágio, incluindo a preceptoria do enfermeiro do serviço, cenário das atividades de aprendizagem (UFJF, 1993).

Concomitantemente à operacionalização desse currículo, ocorreu a publicação da Portaria n. 1.721/94, que regulamentou o último currículo mínimo de Enfermagem no Brasil. Esse currículo trazia a mudança de paradigma na área da educação e favorecia uma prática voltada para as demandas de saúde da população, em consonância com os princípios do SUS (CORREIA et al., 2004).

As adequações realizadas para atender à Portaria n. 1.721/94 foram em relação à duração do curso, que passou de quatro para quatro anos e meio, e à carga horária total, perfazendo 3.840 horas. O estágio, nos dois últimos períodos do curso, contou com 180 horas nas Unidades de Atenção Primária à Saúde e 360 horas na unidade hospitalar, totalizando 540 horas, com supervisão indireta

do docente e preceptoria do enfermeiro (UFJF, 1996). A Licenciatura em Enfermagem permaneceu como possibilidade para o estudante, com abertura para que fosse cursada concomitantemente ao bacharelado (CASTRO, 1999).

Embora as discussões e a elaboração do projeto pedagógico do curso apontassem para os princípios e diretrizes do sistema de saúde e o fortalecimento e abrangência da atuação do enfermeiro no SUS, o enfoque hospitalocêntrico do currículo predominante, na década de 80, prevalecia nos anos 1990, conforme este depoimento: “[...] acho que a gente ficava mais tempo dentro do hospital na minha época de acadêmico” (E6).

Desse modo, as disciplinas teóricas, práticas e o estágio eram realizados essencialmente no cenário hospitalar e em tempo integral. Os estudantes iniciavam as práticas assistenciais, a partir do 5º período e o professor os acompanhava na realização das atividades práticas e de estágio: “[...] nós tínhamos o professor ali nos supervisionando, dando suporte, orientando, tirando dúvidas [...]” (E8). Confundir o estágio com atividades práticas remete à origem do ensino de enfermagem, quando os estudantes eram considerados força de trabalho nos hospitais universitários (COSTA e GERMANO, 2007).

Destaca-se, nesse período, a rigidez do currículo mínimo, entendido como um elenco de disciplinas, constituído de uma grade com disciplinas entrelaçadas com pré-requisitos e uma extensa carga horária: “[...] a gente não entendia muito bem essa questão dos pré-requisitos [...] só foi conhecer à medida que a gente foi sendo reprovado [...] era muito extensa a carga horária: [...] era ruim, a gente não tinha tempo para estudar” (E6).

Um estudo mostrou a dificuldade de redução da carga horária das disciplinas e que os docentes, diante de propostas de redução de créditos, consideraram ingerência e desrespeito à identidade e à valorização das disciplinas (UFJF, 1998).

O curso proporcionava poucas oportunidades de vivenciar projetos de extensão e pesquisa, devido à falta de envolvimento dos professores nas atividades universitárias e à extensa carga horária. Foi salientada apenas a participação em projetos de bolsas para atuar no Hospital Universitário: “[...] no Hospital, tinha um projeto de bolsas [...] A gente ficava na enfermaria, desenvolvendo as atividades, juntamente com os técnicos e os enfermeiros [...]” (E5).

A rigidez e o autoritarismo característicos do contexto social, político e educacional da época foram explicitados, com ênfase, no momento da matrícula e na resolução de problemas referentes ao curso: “[...] excetuando as questões de matrícula, era raríssimo você ter algum contato com o coordenador do curso, nem com a direção, a não ser em algum evento [...]” (E7). Isso retrata o tipo de conhecimento transmitido aos enfermeiros formados sob a influência do Currículo Mínimo de 1972, que prevaleceu até a publicação da Portaria n. 1.721/94, ou seja, saberes embasados na racionalidade moderna, constituindo-se de verdades absolutas e padronizadas segundo os princípios do positivismo (RENOVATO et al., 2009).

Quanto à percepção dos coordenadores do Curso de Graduação em Enfermagem, sobre a reestruturação curricular, no período de 2000-2009, evidencia-se o estímulo governamental, por meio de políticas na área da saúde e da educação para adequar a formação de profissionais de saúde às necessidades de consolidação do SUS.

O eixo norteador das mudanças curriculares continuava sendo o SUS: “[...] nessa época, tivemos grandes mudanças na área da saúde, com a questão das diretrizes do SUS [...]” (E9). Na graduação, nível essencial à formação do enfermeiro, os cenários de práticas do SUS constituem um espaço que possibilita ao estudante vivências reais (ROSSONI e LAMPERT, 2004).

Foi explicitada a importância da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), no que diz respeito à liderança do movimento para o estabelecimento das diretrizes curriculares nacionais: “[...] a ABEn, por meio dos Seminários Nacionais de Diretrizes para o Ensino de Enfermagem, puxava a

discussão nacional em torno da formação do enfermeiro” (E10). A ABEn se mobilizou para viabilizar, nacionalmente, a redefinição do processo de formação do enfermeiro, com vistas a formar cidadãos, político e tecnicamente competentes para atuar nos diversos cenários da prática profissional e contribuir para o desenvolvimento social do país (VALE e FERNANDES, 2006).

Nessa década, as poucas mudanças foram marcadas por conflitos internos: [...] tínhamos um grupo muito resistente “[...], tentamos de tudo: ter uma comissão que trabalhava [...] quando levava a proposta para a comunidade acadêmica, perdia todo o trabalho [...], chegava na reunião seguinte, as pessoas eram outras e começavam tudo de novo [...]. Era uma luta insana e não conseguimos oficializar mudanças estruturais” (E11). “[...] a resistência era tão grande que tentei trazer o pró-reitor de graduação como parceiro para efetivar as mudanças necessárias. Tentei mostrar que a proposta de mudanças não era uma questão de interesse pessoal da coordenadora, mas uma necessidade institucional” (E12).

Um estudo mostrou a baixa adesão de docentes a um projeto pedagógico e traz a reflexão acerca da resistência de professores em aderir às mudanças curriculares e colocá-las em prática (ABREU NETO et al., 2006).

Nesse período, com a necessidade de consolidação do SUS e a constatação de que muitas distorções no sistema eram frutos da pequena adesão dos princípios e diretrizes do SUS, surgem as Políticas Interministeriais Pró-Ensino de Graduação.

Os depoimentos dos coordenadores mostram o impacto dos programas interministeriais na formação do enfermeiro na UFJF, no período 2000-2009: “[...] a aprovação do projeto Pró-Saúde foi um passo em direção a pensar a necessidade do enfermeiro formado para o SUS. A comunidade acadêmica se comprometia a fazer parceria, com os cursos de Medicina e Odontologia, Secretaria Municipal de Saúde por meio dos Serviços de Atenção Básica para discutir e realizar ações conjuntas com vistas à formação na área da saúde” (E11).

Concomitantemente a esse movimento, mudanças institucionais foram implementadas, vislumbrando fortalecer o processo de reestruturação curricular: “[...] na época do meu trabalho na coordenação do curso, houve mudança institucional. A coordenação conseguiu autonomia que resultava em mais trabalho [...]. [...] o colegiado do curso passou a ser opcional e o coordenador ganhou mais autonomia [...]. Também começamos com a informatização dos sistemas de registro acadêmico [...]” (E9). “Neste período, a coordenação formalizou a utilização da ferramenta do ensino à distância na disciplina saúde mental, abrindo espaço para outras disciplinas também valerem-se desta modalidade de ensino” (E12).

Nesse contexto, verificam-se mudanças pontuais, persistindo a conservação da estrutura curricular proposta pela Portaria n.1.721/94. Os depoimentos dos coordenadores mostram suas expectativas para reestruturarem o currículo de enfermagem: “[...] minha expectativa era conseguir a mudança curricular, até mesmo porque a universidade conseguiu o financiamento do Pró-Saúde” (E11). “O Pró-Saúde permitiu a concretização de discussões sobre os cenários de prática e estágio. As reuniões com profissionais do serviço fizeram rever algumas necessidades da formação – formar o enfermeiro crítico, reflexivo, cooperativo, participante da equipe de saúde” (E9).

Contudo, a mudança pontual foi evidenciada: “a iniciativa de mudar duas disciplinas do primeiro ano, história da enfermagem e exercício da enfermagem, foi uma estratégia para atender à política do Pró-Saúde e Diretrizes Curriculares Nacionais, ou seja, a inserção dos estudantes precocemente no campo de prática” (E12). “[...] a gente conseguia pequenas mudanças em algumas disciplinas, mas a reforma mesmo não se efetivou, não do modo que estava sendo proposta [...]. Tentamos tudo [...] até hoje não se conseguiu fazer a reforma curricular necessária, e aquele projeto inicial que tínhamos não existe mais [...] de qualquer forma, foi uma época de aprendizado e, com certeza, ficou alguma coisa [...]” (E9).

Também um estudo mostrou que o corpo docente resistia à necessária revisão da organização interna de trabalho, mantendo a mesma divisão anterior de áreas de ensino, mesmo após a mudança curricular (NOZAWA et al., 2003).

## CONCLUSÕES

O Curso de Graduação em Enfermagem da UFJF, no período 1979 a 1989, foi marcado por conflitos relacionados à resistência à adequação do processo de formação do enfermeiro, criado originalmente na instituição incorporada (FEHB), aos aspectos legais da instituição federal.

Mesmo com todas as dificuldades e resistências enfrentadas, o Curso de Enfermagem consolidou-se na UFJF, em consonância com as exigências institucionais, sociais e da própria profissão.

A percepção dos enfermeiros que vivenciaram a década de 1990, como estudantes, retrata a importância dos aspectos políticos, sociais e educacionais da época. Ainda prevalecendo a rigidez dos currículos mínimos, a formação positivista dos docentes e os conflitos gerados pela necessidade de reorientar a formação, todos os esforços da comunidade acadêmica se voltaram para adequar o currículo às mudanças do sistema de saúde brasileiro e ao novo paradigma educacional.

Segundo os coordenadores do Curso de Graduação em Enfermagem, no período 2000-2009, mesmo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Enfermagem e as políticas interministeriais pró-ensino de graduação, na UFJF, o currículo do curso sofreu apenas alterações pontuais, permanecendo com a estrutura do currículo mínimo regulamentado pela Portaria n. 1.721/94 (BRASIL, 1994).

Apesar dos limites de abrangência acerca da reflexão sobre os fatores que envolveram a organização e a operacionalização do Curso de Graduação em Enfermagem, da criação (1979) até o final da primeira década do século XXI (2009), este estudo traz aspectos da formação de enfermeiros na universidade que contribuem para o ensino e a pesquisa em Enfermagem.

## AGRADECIMENTOS

Ao CNPq e à UFJF, pelo apoio à pesquisa no período 2009 a 2011.

## NURSING EDUCATION AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF JUIZ DE FORA IN THE PERIOD 1979-2009

### ABSTRACT

The goal was to describe the teaching and curricular structure of the Nursing Course at the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) in the period of 1979-2009. Historical research, with a qualitative approach that used as primary sources written documents of the School of Nursing Hermantina Beraldo (FEHB) and UFJF, testimonials from teachers, nurses and former coordinators of the course. In the first decade, were kept the structure of the course and the characteristics of the teaching force in FEHB. The process of creating required pedagogical and administrative adjustments in accordance to the General bylaw of UFJF. Provoked resistance in relation to the

institutional culture and the (de) construction of models and values related to nursing education and the world of work. In the 1990s, the academic community sought to meet the current legislation, and the guidelines as principles of the health system and strengthening of the role of a nurse as part of the health team. The study highlights the rigidity of the minimum curriculum, understood as a set of disciplines interwoven with prerequisites and an extensive workload. From 2000 to 2009, the few changes were marked by internal conflicts. There were specific changes, continuing the conservation of the curriculum proposed by the Ordinance n.1721/94. Despite the limits on the scope of the discussion about the factors that involved the organization and operation of the course from 1979 to 2009, this study brings aspects of the nurse education in UFJF which contributing in the scope of teaching and research in nursing.

**Keywords:** Nursing. Education. Higher. Curriculum. History of Nursing. Public Policies.

## REFERÊNCIAS

ABREU NETO, I.P.; LIMA FILHO, O.S.; SILVA, L.E.C.; COSTA, N.M.S.C. Percepção dos professores sobre o novo currículo de graduação da Faculdade de Medicina da UFG implantado em 2003. *Rev. Bras. Educ. Med.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 154-160, 2006.

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. *Portaria n. 1.721*, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a formação do Enfermeiro, que será feita em curso de graduação e cumprirá os mínimos de conteúdo e de duração fixados pela presente Portaria. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de dezembro de 1994, p. 19, 801.

CASTRO, E.A.B. *O ensino de enfermagem na Universidade Federal de Juiz de Fora e a prática profissional do enfermeiro na rede hospitalar*. 1999. 250f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação/Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1999.

CORREIA, L.M.; HENRIQUES, R.L.M.; NOGUEIRA, M.F.H.; PACHECO, A.S.; ROMANO, R.T. Construção do projeto pedagógico: experiência da Faculdade de Enfermagem da UERJ. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 57, n. 6, p. 649-653, 2004.

COSTA, L.M.; GERMANO, R.M. Estágio curricular supervisionado na graduação em enfermagem: revisitando a história. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 60 n. 6, p. 706-710, 2007.

FIGUEIREDO, M. A.G; BAPTISTA, S.S. Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 62, n. 4, p. 512-517, 2009.

MINAYO, M.C.S. *Pesquisa social*. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOZAWA, M.R.; KIRSCHBAUM, D.I.R; DA SILVA, M.A.P; SILVA, E.M. Ensino de graduação em enfermagem da Unicamp: Políticas e práticas. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 56, n. 6, p. 683-686, 2003.



RENOVATO, R.D.; BAGNATO, M.H.S.; MISSIO, L. As identidades dos enfermeiros em cenários de mudanças curriculares no ensino da enfermagem. *Trab. Educ. Saúde*, v. 7, n. 2, p. 231-248, 2009.

ROSSONI, E.; LAMPERT, J. Formação de profissionais para o sistema único de saúde e as diretrizes curriculares. *Boletim da Saúde*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 87-98, 2004.

TEIXEIRA, E.; VALE, E.G., FERNANDES, J.D., DE SORDI, M.R.L. Trajetória e tendências dos cursos de enfermagem no Brasil. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 59, n. 4, p. 479-487, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE. *Resolução n.13*, de 19 de abril de 1982. Curso de Enfermagem e Obstetrícia-Reestruturação. Boletim da Reitoria n. 245, Juiz de Fora (MG), 1982, p.12-15.

\_\_\_\_\_. Conselho de ensino, pesquisa e extensão. *Resolução n. 22*, de 26 de agosto de 1993. Altera o currículo do curso de enfermagem e obstetrícia. Juiz de Fora (MG): Boletim da Reitoria n. 378; 1993, 702.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução n. 44*, de 4 de julho de 1996. Alteração curricular do curso de enfermagem e obstetrícia. Juiz de Fora (MG): Boletim da Reitoria n. 416, 1996, p.1088.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CEPE. *Resolução n. 11*, 13 de março de 1997. Autoriza a republicação do Regulamento Acadêmico da Graduação. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/prograd/legislacao/regulamento-academico-da-graduacao/>>. Acesso em 3 fev 2011.

\_\_\_\_\_. Colegiado do curso de enfermagem e obstetrícia. *Atas de reuniões do período 1986 a 1998*. Faculdade de Enfermagem. Juiz de Fora (MG)/ UFJF, 1998.

VALE, E.G.; FERNANDES, J.D. Ensino de Graduação em Enfermagem: a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem. *Rev. Bras. Enferm.*, v. 59, n.(esp), p. 417-422, 2006.